

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ	28 DEZ 1979	CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

## Após «maratona» legislativa a «corrida» dos despachos

Depois da espectacular «maratona» legislativa, que caracterizou a fase final do seu mandato, o governo cessante, o fim das suas funções já por números digitos, a «corrida» dos despachos.

Com efeito, quem se der ao trabalho de consultar os últimos números do jornal oficial verificará não sem surpresa o afã com que os vários Ministérios e Secretarias de Estado se entregam a despachar. Uma autêntica inflação num país onde há já tantas coisas inflacionadas.

São, na realidade, despachos em série, de conteúdo e propósitos múltiplos. Primeiro, uma série deles, ditos normativos, regulamentando, normalizando, interpretando, esclarecendo, enfim, sobre providências legislativas vigentes ou em vias de o ser. Agora, outra série, esta menos sofisticada, mais linear, porque se trata muito simplesmente de criar comissões ou grupos de trabalho com o encargo de estudar, de relatar e de propor sobre temas vários da administração pública.

O penúltimo número do «Diário da República» ilustra eloquentemente esse afã ministerial: nada menos de sete despachos, de uma assentada, criando comissões para estudar a política de gestão do pessoal do Ministério das Finanças; para decidir da regionalização dos serviços do mesmo Ministério; para propor listas de empresas não abrangidas pela lei sobre os sectores vedados à iniciativa privada; para classificar e cadastrar as

empresas indirectamente nacionalizadas; para estudar e propor uma política de abate de navios da nossa frota de pesca longínqua; para opinar sobre a criação de cursos de turismo; e ainda para apreciar o projecto de estatuto apresentado pela Comissão Instaladora da Administração do Porto de Sines.

Numa rápida análise ao conjunto desses despachos, fácil será por certo concluir que, nessa «corrida», é o Ministério das Finanças quem lidera. O que pode ser interpretado como sinal de que é nesse sector que a «batalha» contra a inoperância se trava mais renhida e onde a «performance» saneadora assume aspectos de urgência.

Embora se tenha de entender essa «corrida» encetada em cima da hora como um pouco tardia — para não dizer mesmo descabida, face à mudança de testemunho iminente em São Bento — há que reconhecer um certo mérito na intenção do gabinete cessante.

Mas talvez só na intenção, já que quanto ao resto, isto é, ao resultado prático da locubração de tão numerosas e nutridas comissões, a experiência ensina que muito pouco há que esperar delas. Comissões de estudo, via de regra, ficam só no papel.

Como aliás disse, com mais propriedade e conhecimento de causa, alguém que teve responsabilidade na governação deste país: quando se quer que um assunto se não resolva, nomeie-se uma comissão para o estudar.

M.A.